



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## Relatório INSP-2022-0058

BI-2022-0054

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 19/04/2022

**Hora:** 14:00

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires; Cláudia MFG. Rosa

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. A inspeção foi realizada sem aviso prévio.

No local, fomos acompanhados pelo Eng.º Paulo Jorge Almeida Rodrigues (responsável da área de equipamento da Tecnovia Açores na ilha do Faial).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Tecnovia Açores Sociedade de Empreitadas, SA

**NIPC/NIF:** 512047235

**Sede/morada:** Estrada Regional n.º 3 - 1ª, n.º 57

**Código Postal:** 9600-102

**Freguesia:** Rabo de Peixe

**Concelho:** Ribeira Grande

**Ilha:** Ilha de São Miguel

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Oficina (ilha do Faial) - Tecnovia Açores Sociedade de Empreitadas, SA

**Endereço:** Zona Industrial Edifício Tecnovia

**Código Postal:** 9900-408

**Freguesia:** Horta (Angústias)

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade principal:** 42110 - Construção de estradas e pistas de aeroportos

**Outras atividades:** ---

**Período de funcionamento:** ---



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Licenciamento da atividade: ---



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

Parque e oficinas de manutenção e reparação de máquinas de empresa de construção civil.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                    | Verificado    | Evidências / Justificação |
|--|-------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.                          | art. 60.º Lei 58/2005         | Não aplicável |                           |
| b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.   | n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005   | Não aplicável |                           |
| c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.           | n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005   | Não aplicável |                           |
| d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização. | n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável |                           |
| e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.                         | n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável |                           |
| f) Outras condições impostas pela licença ou autorização   | TURH                          | Não aplicável |                           |

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

| Tipologia de águas residuais   | Origem                                     | Sistema de tratamento        | Meio recetor |
|--|--|------------------------------|--------------|
| <input type="checkbox"/> Urbanas   |  |                              |              |
| <input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A |  |                              |              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais                | Oficinas e áreas de reparação de máquinas. | Separador de hidrocarbonetos | Solo         |

#### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

| Requisito   | Enq. legal                                      | Verificado    | Evidências / Justificação                                       |
|---|---|---------------|---|
| a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.  | art. 14.º DLR 18/2009/A                         | Não aplicável |   |
| b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.   | n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005 | Não cumprido  | Não tem licença de descarga de águas residuais no meio natural. |
| c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.  | n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007                   | Não aplicável |   |
| d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.  | n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007                   | Não aplicável |   |
| e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição. | n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007                   | Não aplicável |   |
| f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.  | TURH  | Não aplicável |   |
| g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.   | Art. 43.º DLR 18/2009/A                         | Não aplicável |   |
| h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.  | Art. 48.º DLR 18/2009/A                         | Não aplicável |   |
| i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.   | Art. 53.º DLR 18/2009/A                         | Não aplicável |   |

## 5 – Resíduos

#### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

| Tipologia de resíduos produzidos                                   | Origem (operação/atividade)      | Encaminhamento                 | Obs. |
|--|----------------------------------|--------------------------------|------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos | Oficina de reparação de máquinas | Operador de gestão de resíduos |      |
| <input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos    | Oficina de reparação de máquinas | Operador de gestão de resíduos |      |
| <input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares                     | ---                              | ---                            |      |
| <input type="checkbox"/> Resíduos urbanos                          | ---                              | ---                            |      |

#### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                     | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|--------------------------------|------------|---------------------------|
| a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras. | n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A | Cumprido   |                           |
| b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.    | Art. 12.º DLR 29/2011/A        | Cumprido   | Verificado no SRIR        |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

| Requisito   | Enq. legal                           | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|--------------------------------------|---------------|---------------------------|
| c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.  | n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A       | Não aplicável |                           |
| d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.   | Art. 33.º DLR 29/2011/A              | Cumprido      |                           |
| e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.   | Art. 36.º DLR 29/2011/A              | Não aplicável |                           |
| f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.   | Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A       | Cumprido      |                           |
| g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.  | Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A       | Cumprido      |                           |
| h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.   | Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A       | Não aplicável |                           |
| i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.  | Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A       | Não aplicável |                           |
| j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.  | Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A       | Cumprido      | Verificadas e-GAR.        |
| k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.  | Art. 161.º DLR 29/2011/A             | Cumprido      |                           |
| m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.  | Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A     | Cumprido      |                           |
| n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.   | Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A     | Não aplicável |                           |
| o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares. | Art. 19.º DLR 24/2012/A              | Não aplicável |                           |
| p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.   | Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A       | Cumprido      |                           |
| q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.   | Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A       | Cumprido      |                           |
| r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.  | Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A       | Não aplicável |                           |
| s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.  | DL 67/2014                           | Não aplicável |                           |
| t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.   | Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A | Não aplicável |                           |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

| Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup> | Substâncias |
|--|-------------|
| ---  | ---         |

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                  | Verificado    | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).   | Art. 5.º REACH              | Não aplicável |                           |
| b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.           | Art. 14.º REACH             | Não aplicável |                           |
| c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.   | Art. 17.º Reg. CE 1272/2008 | Não aplicável |                           |
| c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.   | Art. 36.º REACH             | Cumprido      |                           |
| d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.  | Art. 8º DL 293/2009         | Não aplicável |                           |
| e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.      | n.º 9, art. 31.º REACH      | Não aplicável |                           |
| f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.         | n.º 4 art. 37.º REACH       | Não aplicável |                           |
| g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida. | n.º 5 art. 37.º REACH       | Não aplicável |                           |

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

| Fonte poluente | Tipo | Setor | Medidas de mitigação / tratamento |
|----------------|------|-------|-----------------------------------|
| ---            | ---  | ---   | ---                               |

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                     | Verificado    | Evidências / Justificação |
|--|--------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.  | Art. 44.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável |                           |
| b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.  | Art. 45.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável |                           |
| c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.   | Art. 53.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável |                           |
| d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.  | Art. 54.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável |                           |
| e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.   | Art. 57.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável |                           |
| f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.   | Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A | Não aplicável |                           |
| g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.   | Art. 60.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável |                           |
| h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização. | Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A | Não aplicável |                           |
| i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.  | n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A  | Não aplicável |                           |

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

| TECO <sub>2</sub> *        | Número de equipamentos | Tipos de gases fluorados |
|----------------------------|------------------------|--------------------------|
| TECO <sub>2</sub> < 5      | 1                      | R410A (0,76 kg)          |
| 5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50 | ---                    | ---                      |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

| TECO <sub>2</sub> *          | Número de equipamentos | Tipos de gases fluorados |
|------------------------------|------------------------|--------------------------|
| 50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500 | ---                    | ---                      |
| TECO <sub>2</sub> ≥ 500      | ---                    | ---                      |

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

#### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

| Requisito   | Enq. legal                   | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.  | art. 4.º Reg. CE 517/2014    | Não aplicável |                           |
| b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>   | art. 5.º Reg. CE 517/2014    | Não aplicável |                           |
| c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável). | Art. 13.º, DL 145/2017       | Não aplicável |                           |
| d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.   | Art. 18.º, DL 145/2017       | Não aplicável |                           |
| e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.  | Art. 6.º Reg. CE 517/2014    | Não aplicável |                           |
| f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.  | Art. 5.º DL 145/2017         | Não aplicável |                           |
| g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.  | Art. 19.º e 20.º DL 145/2017 | Não aplicável |                           |

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

| Descrição da atividade | Enquadramento da atividade <sup>a)</sup> | Limiar (t/ano) <sup>a)</sup> | Consumo de solventes (t/ano) |
|------------------------|--|------------------------------|------------------------------|
| ---                    | ---                                      | ---                          | ---                          |

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos**

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

| Requisito   | Enq. legal                  | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|-----------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.  | n.º 1 art. 96.º DL 127/2013 | Não aplicável |                           |
| b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas. | Art. 97.º DL 127/2013       | Não aplicável |                           |
| c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.   | Art. 99.º DL 127/2013       | Não aplicável |                           |
| d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.  | Art. 100.º DL 127/2013      | Não aplicável |                           |

**7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono**

**7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)**

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

| Carga de gás (kg) | Número de equipamentos | Tipos de gases |
|-------------------|------------------------|----------------|
| Carga < 3         | ---                    | ---            |
| 3 ≤ Carga < 30    | ---                    | ---            |
| 30 ≤ Carga < 300  | ---                    | ---            |
| Carga ≥ 300       | ---                    | ---            |

**7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS**

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

| Requisito   | Enq. legal                         | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.                                       | n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável |                           |
| b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados. | n.º 2, art. 3.º DL 152/2005        | Não aplicável |                           |
| c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.                                | n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável |                           |
| d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.                              | Art. 4.º DL 85/2014                | Não aplicável |                           |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

| Tipo de exposição humana na envolvente | Classificação da zona envolvente | Período de funcionamento do estabelecimento |
|--|----------------------------------|---|
| Espaços industriais                    | Não classificada                 | Período diurno - 7h às 21h                  |

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

| Requisito   | Enq. legal                        | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|-----------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.            | n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável |                           |
| b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação. | n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável |                           |
| c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.                                    | n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A     | Não aplicável |                           |

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

| Requisito   | Enq. legal                          | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|-------------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Submissão do RAA no prazo definido   |                                     | Não aplicável |                           |
| b) Submissão do PRTR no prazo definido  | Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A   | Não aplicável |                           |
| c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental  |                                     | Não aplicável |                           |
| d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)   | Art.º 96.º DLR 30/2010/A            | Não aplicável |                           |
| e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa) | n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A | Não aplicável |                           |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Não abrangido

Requisitos:

| Requisito                                   | Enq. legal             | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Boas práticas                            | Art. 5.º DLR 31/2010/A | Não aplicável |                           |
| b) Planos de controlo integrado de roedores | Art. 6.º DLR 31/2010/A | Não aplicável |                           |

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

| Tipologia de equipamento ou sistema   | Identificado no estabelecimento? | Observações |
|---|----------------------------------|-------------|
| a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água: |                                  |             |
| i) Torres de arrefecimento  | Não aplicável                    |             |
| ii) Condensadores evaporativos  | Não aplicável                    |             |
| iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial   | Não aplicável                    |             |
| iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração  | Não aplicável                    |             |
| v) Humidificadores  | Não aplicável                    |             |
| b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.                             | Não aplicável                    |             |
| c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.  | Não aplicável                    |             |
| d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.                                      | Não aplicável                    |             |

### 9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

| Requisito   | Enq. legal   | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|--|---------------|---------------------------|
| a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS | a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018                 | Não aplicável |                           |
| b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo                         | a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável |                           |
| c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano                                | c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018                 | Não aplicável |                           |
| d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco  | d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável |                           |
| e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza  | n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018                     | Não aplicável |                           |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

5. Descargas ou injeções de poluentes nas águas se superfície ou subterrâneas que requeiram TURH

Requisitos:

| Requisito  | Enq. legal            | Verificado   | Evidências / Justificação  |
|--|-----------------------|--------------|--|
| a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida. | Art. 22.º DL 147/2008 | Não cumprido | Seguro de responsabilidade ambiental com apólice n.º RC64908302 (Fidelidade), cobre o estabelecimento industrial das Terças (zona da pedreira). As oficinas, sitas na zona industrial, não constam da apólice, estando abrangida pela obrigatoriedade. |

### 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. A utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do n.º 3 do art.º 81º do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
2. A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

### 11 – Indicações e medidas adotadas

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: